

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL  
NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

---

**REITOR** Roberto Leher

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA** Leila Rodrigues da Silva

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

---

**DIRETORA** Miriam Krenzinger Azambuja

**VICE-DIRETORA** Elaine Martins Moreira

**DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO** Mavi Pacheco Rodrigues

## REVISTA PRAIA VERMELHA

---

### EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

### EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

### EDITORES AD HOC V.29 N.2

Carlos Montão **UFRJ**

Janete Luzia Leite **UFRJ**

Yolanda Guerra **UFRJ**

### EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

### REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Português)

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

### CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)  
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



[praiavermelha.ess.ufrj.br](http://praiavermelha.ess.ufrj.br)



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 2  
2019  
Rio de Janeiro  
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 473-808	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



**CC BY-NC-ND 4.0**

[http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR)

Publicação indexada em:

**IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**

ccn.ibict.br

**Base Minerva UFRJ**

minerva.ufrj.br

**Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

revistas.ufrj.br

Imagem de capa: laphotopro/Pixabay

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

---

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

# PRAIA VERMELHA

## **Extensão universitária e movimentos sociais: resistência em defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social**

University extension and social movements:  
resistance in defense of the Social Work Ethical-Political Project

**Maria Helena Cariaga  
Vanda Micheli Burginski**

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 2

p. 779-807

2019

## RESUMO

O artigo objetiva pensar na extensão universitária com os movimentos sociais e processos de lutas, enquanto estratégia de resistência em defesa do projeto ético-político do Serviço Social, fortemente ameaçado pela conjuntura atual. Em tempos de acirramento das desigualdades e de avanço do conservadorismo como consequências do aprofundamento da questão social é necessário pensar no Serviço Social a partir da ação pedagógica com os movimentos e processos de organização da cultura, como desafio para a formação e a ação profissional, mantendo os vínculos político-profissionais de seu projeto ético-político com a classe trabalhadora.

## PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Projeto ético-político. Movimentos Sociais.

## ABSTRACT

The article aims to reflect upon university extension with the social movements and processes of struggles, as a resistance strategy in defense of the Social Work ethical-political project threatened by the current situation. In times of worsening inequalities, of advancement of conservatism as consequences of the deepening of the social question, it is necessary to reflect upon Social Work from the pedagogical action with the movements and processes of organization of culture, as a challenge for training and professional action, maintaining the political-professional ties of the ethical-political project with the working class.

## KEYWORDS

Social Work. Ethical-political project. Social Movements.

Recebido em 14.01.2019

Aprovado em 18.06.2019

## INTRODUÇÃO

A conjuntura política atual tem se mostrado extremamente ameaçadora ao projeto ético-político do Serviço Social, tanto na dimensão da formação quanto da atuação profissional. O processo político em que se desenrolou o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, um golpe da direita e de setores da burguesia brasileira, deu lugar a uma avassaladora onda conservadora. O conservadorismo reemergiu como força política, ocupou as ruas com suas pautas extremistas, regressivas e circulou suas ideias nas mídias sociais com destreza e adesão das massas. Dotadas de uma perspectiva anticomunista irascível, essas mobilizações expandiram um senso comum extremamente conservador.

A “nova” direita tem por funcionalidade manter a ordem e renovar/reatualizar os velhos discursos dos donos do poder. Discursa sobre acabar com os privilégios, mas está profundamente atrelada aos setores tradicionais da burguesia agrária, do empresariado e da sua fração financeira, como também aos setores militares legatários da ditadura civil-militar, apoiando pautas e contrarreformas que terão impactos negativos na vida da classe trabalhadora.

Seu fermento ideológico-cultural é o avanço do fundamentalismo, com forte adesão à “teologia da prosperidade em que a fé é um investimento a ser retribuído por Deus na forma de vantagens materiais” (MIGUEL, 2018, p. 23). O declínio da atividade sindical também veio acompanhado pelo discurso do empreendedorismo em detrimento da solidariedade de classe. Estimulado a empreender, o trabalhador precarizado viu na prática empreendedora uma alternativa ao desemprego diante do fortalecimento de políticas de inclusão pela via do consumo, adotada preferencialmente durante os governos petistas (MIGUEL, 2018, p. 23).

Também não se pode deixar de abordar que ao estabelecer alianças com partidos da direita brasileira, o Partido dos Trabalhadores (PT) optou pela conciliação de classes, não estabelecendo reformas substanciais durante seus governos, que mais tarde poderiam oferecer um patamar mais elevado de resistência da classe trabalhadora.

E cabe ressaltar que o preço foi muito alto a se pagar. No campo da organização das lutas sociais, a cooptação de sindicatos e movimentos sociais sob seu raio de influência repercute nos tempos adversos, na difícil tarefa de renovação e mobilização de amplos setores da classe trabalhadora.

Com a eleição de Bolsonaro para a presidência em 2018, os tempos que se avizinham são de retrocessos no campo da democracia, do Estado e das políticas sociais. Os projetos societários antagônicos à ordem burguesa podem sofrer cerceamentos, colocando em risco possibilidades de processos organizativos da classe trabalhadora. Reconhecer os tempos duros sem aderir a fatalismos paralisantes é tarefa necessária às forças vivas da sociedade. Nesse sentido, faz-se indispensável refletir sobre o Serviço Social a partir da ação pedagógica com os movimentos e processos de organização da cultura, como desafio para a formação e a ação profissional, mantendo os vínculos político-profissionais de seu projeto ético-político com a classe trabalhadora.

Diante desse quadro, o texto que se apresenta intenciona pensar na relação do Serviço Social com os movimentos sociais, trazendo a extensão universitária enquanto espaço de resistência em defesa do projeto ético-político. A partir dos anos 1990 há poucas experiências de atuação do Serviço Social com os movimentos sociais, representando um refluxo em relação às décadas anteriores, quando se conformou o projeto ético-político. A extensão vem se configurando como espaço, embora não deva ser o único, de articulação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, em um momento em que a profissão é provocada a ponderar sua intervenção para além dos limites institucionais.

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre a temática, o artigo é desenvolvido a partir de três eixos. O primeiro oferece elementos sócio-históricos para contemplar a conformação do projeto ético-político em sintonia com os movimentos e lutas sociais. O segundo oferece elementos de análise sobre o refluxo dos movimentos e lutas sociais, suas tendências no Serviço Social e os desafios colocados à profissão. No terceiro eixo se trazem elementos para

considerar a ligação do Serviço Social e os movimentos sociais por meio da extensão universitária, que tem se configurado como espaço privilegiado para realização de tal tarefa. Não se trata aqui de atribuir somente à extensão universitária essa tarefa, mas de fornecer alguns elementos para pensar no conjunto de estratégias que vem sendo traçado pela categoria profissional, no sentido de vincular-se às lutas das classes subalternas. É certo que o otimismo se reduz no momento atual, o que exige mais vontade política organizada.

## **O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL AMEAÇADO**

Não há dúvida que a conjuntura atual é diferente daquela em que se processou o projeto ético-político do Serviço Social. As ameaças adquiriram profunda intensidade, pois “as incidências dessa nova conjuntura sobre o ‘projeto ético-político’ são extremamente negativas e não podem ser menosprezadas: elas contribuem decisivamente para a sua inviabilização” (Netto, 2017, p. 313). Contudo, essas sinalizações não implicam em lamentações fatalistas paralisantes, mas em apontar como necessária a resistência em defesa do projeto ético-político profissional que, nesse momento de avanço do ultra-conservadorismo (em todo o mundo e na particularidade brasileira), requerem enfrentamentos amplos e coletivos.

Por certo que os tempos nunca foram fáceis e que a ameaça à hegemonia do projeto profissional não remonta aos tempos atuais. As ameaças constituem essencialmente o próprio processo de desenvolvimento capitalista, das contradições destrutivas da produção, da crise estrutural, das tendências regressivas da ofensiva neoliberal, de restrições democráticas e de suas expressões conservadoras. Refere-se aqui ao fato de que o conservadorismo nunca saiu de cena, sempre foi terreno fértil de reprodução social capitalista; portanto, sempre estará a serviço de sua manutenção.

Sabe-se que a conjuntura desde o início dos anos 1990 foi desfavorável para a efetivação do projeto ético-político. Contudo, é nesse contexto em que se processa, de forma contraditória, a consolidação dos seus aportes constitutivos vinculados às lutas das classes su-

balternas. Mesmo considerando o risco de não se abarcarem todos os elementos sócio-históricos relevantes para pensar na gênese e desenvolvimento do projeto profissional, é importante retomar alguns aspectos que viabilizaram sua construção. Ou seja, a extensão universitária requisita estratégias vinculadas ao movimento de rearticulação de forças sociais na perspectiva da emancipação humana, que perpassam e reorientam a formação, a produção do conhecimento e a organização política da categoria.

A “intenção de ruptura” com o Serviço Social conservador se dá na transição dos anos 1970 a 1980, período importante para o surgimento de um amplo movimento de renovação crítica, marcado pelo enfrentamento e pela denúncia ao conservadorismo profissional (Netto, 2009). As bases sociais e políticas que viabilizaram a conformação do projeto ético-político se encontram no amplo processo de luta pela redemocratização, que se expressou por meio de confrontos dos movimentos sociais com o Estado autocrático, em face aos interesses da burguesia. A forte presença das lutas operárias impulsionou a crise da ditadura do grande capital e a sua derrota, instaurando o processo constituinte que culminou na Constituição Federal (CF) de 1988, com um expressivo protagonismo social e político dos profissionais.

A conformação do projeto ético-político se processou na relação com as forças sociais e políticas, expressando o compromisso com a classe trabalhadora, sobretudo diante dos questionamentos postos à prática política da categoria dos assistentes sociais, realizados pelos diversos segmentos da sociedade civil. Foi nesse quadro que o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social brasileiro exigiu novas respostas profissionais (IAMAMOTO, 2011, p. 223).

Naquela conjuntura, os princípios contidos no projeto ético-político foram resultados de um duplo movimento: remeteram, tanto à luta por direitos situada no campo democrático-popular, que necessitou de uma base organizativa que articulou conquistas materiais e sociais capazes de acumular forças contra-hegemônicas no horizonte de uma nova ordem societária; quanto a um amplo esforço teórico

do conjunto profissional, *uma luta para alcançar novas bases de legitimidade da profissão* perante as contradições postas ao exercício profissional, que se constituiu em uma busca para se colocar objetivamente a serviço dos interesses dos usuários e dos setores dominados da sociedade (Iamamoto, 2011, p. 226; 2004, p. 37).

Esse aspecto é importante, pois a condição política para a construção do projeto profissional não seria suficiente sem que houvesse outros componentes que deveriam comparecer para que ele tomasse forma (Netto, 2009). O surgimento de um corpo profissional empenhado na produção do conhecimento e na acumulação teórica, alavancados, sobretudo, nos anos 1980 com o desenvolvimento e a expansão da graduação e pós-graduação em Serviço Social, permitiu uma interlocução profunda com as Ciências Sociais, que revelou um quadro de intelectuais destacados no interior da profissão e em outras áreas do conhecimento.

Conforme Netto (2009, p. 152), essa acumulação teórica foi notável no sentido de incorporar matrizes teóricas compatíveis com a ruptura em relação ao conservadorismo profissional, algumas abertamente críticas, com destaque para a tradição marxista. A quebra do monopólio do conservadorismo político seguiu de mãos dadas com o avanço de perspectivas teóricas e metodológicas críticas. Os anos 1990 irão marcar o processo de maturidade intelectual e sociopolítica do Serviço Social e a incorporação da teoria crítica marxiana nas diretrizes curriculares.

Concomitantemente se deu a mobilização e organização da categoria profissional em torno de suas instituições representativas: ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social) e ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), que se constituíram em espaços fundamentais para a afirmação dos princípios estabelecidos no projeto profissional. Dessa forma, esse projeto se materializa no Código de Ética do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/93) e nas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social da

ABEPSS (1997), que aglutinam os princípios e valores éticos, as competências e atribuições profissionais que possuem força de lei.

A questão social e a ética assumem centralidade no projeto, ao mesmo tempo em que requisitaram a resignificação de práticas interventivas diante das novas áreas e campos de intervenção que se abriam, em uma dinâmica de alargamento de espaços de inserção profissional, que também se configurou a partir da legitimidade por meio da produção do conhecimento e do reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários. O Serviço Social vai se afirmar enquanto especialização do trabalho coletivo, profissão inscrita na divisão social do trabalho, o que pressupõe o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais, que permite inscrever o significado social da profissão no processo de produção e reprodução social, em uma perspectiva de totalidade social (Iamamoto e Carvalho, 1982).

A questão social em suas múltiplas expressões se constitui a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional, pressupõe a análise dos processos sociais e a posição que o trabalho assume no desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução da política econômica e social, caracterizando o caráter contraditório das demandas e requisições sócio-históricas que se apresentam à profissão (Iamamoto, 2001; Iamamoto, 2014).

Nessas condições, o trabalho do assistente social está circunscrito à dinâmica das relações sociais presentes na sociedade, de tal forma que seu trabalho é tensionado por interesses de classes distintos, envolvendo-o na trama das contradições, pois participa tanto dos processos e mecanismos de exploração e dominação de classe, quanto da mesma atividade de respostas institucionais e políticas às demandas e necessidades das classes trabalhadoras, na totalidade da reprodução ampliada do capital (Iamamoto e Carvalho, 1982; Iamamoto, 2014). Essas contradições envolvem as estratégias e organizações de classe em seus confrontos com a ordem so-

cial burguesa. Nessa direção, esses espaços também se configuram enquanto possibilidade de intervenção da profissão.

É importante frisar que a ética ganhou um espaço significativo após a revisão do código de 1986, realizada em 1993, com destaque para as reflexões desenvolvidas por Barroco (2001). Houve uma alteração qualitativa na sua compreensão, enquanto disciplina de natureza ontológica, compreendida a partir da perspectiva teórico-metodológica marxista. A reflexão se amplia para além dos códigos profissionais e passa a compor a dimensão ético-política da profissão, com ênfase nos valores comprometidos com um projeto que tem por horizonte societário a emancipação humana. Essa dimensão torna-se pressuposto essencial para o desvelamento crítico das escolhas individuais em face dos projetos coletivos, como também para orientar as respostas profissionais cotidianas que “tenham a capacidade objetiva de romper, em algumas situações, ou de resistir aos limites da ordem burguesa” (Barroco e Brites, 2000, p. 26).

Outro aspecto essencial diz respeito à dimensão técnico-operativa, que ocupou e ocupa, não sem polêmicas<sup>1</sup>, o debate sobre a legitimidade e o significado social da profissão, com destaque para as elaborações de Guerra (1999). O processo de ruptura com as tendências teórico-metodológicas conservadoras não abarcou, de forma automática, a dimensão técnico-operativa da profissão, o “fazer profissional”. Contudo, segundo a autora (1999, p. 27) a direção social dada a esse debate “consistiu em um consenso que foi resultante do amadurecimento teórico da categoria profissional que buscou atribuir uma nova qualidade da intervenção” sintonizada com as demandas dos usuários, suas estratégias de sobrevivência, o compromisso com a competência técnica e com a classe trabalhadora.

Porém, “a tematização da dimensão técnico-operativa da profissão tem sido negligenciada pela atual produção acadêmica, pela formação profissional e pelo debate da categoria” (Guerra, 2017, p. 52). Ainda de acordo com a autora (2017, p. 50), a dimensão téc-

---

1 Aqui se faz referência à recorrência, no campo do Serviço Social, ao tema reiterativamente posto de que existiria um fosso entre as elaborações teórico-metodológicas de tradição marxista e a prática profissional.

nico-operativa é a forma de aparecer da profissão e nela reside seu reconhecimento social. Requer-se, portanto, o compromisso com o aperfeiçoamento intelectual permanente de articulação entre as diversas dimensões (teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa) para dar respostas qualificadas às demandas postas pelo conjunto da população que acessam os serviços sociais.

O exercício profissional se dá no cotidiano das instituições e dos diversos espaços sócio-ocupacionais. Com base nos princípios do projeto ético-político, as posturas profissionais devem se nortear pelo combate ao preconceito e à discriminação, pela defesa intransigente dos direitos humanos e, sobretudo, pelo valor ético central que é o reconhecimento da liberdade, da autonomia e da emancipação dos indivíduos sociais. Dessa forma, é necessário ressaltar que os princípios do código de ética possuem estreita relação entre si e devem ser considerados em seu conjunto, enquanto aspectos norteadores do fazer profissional.

Expressam valores incompatíveis com a ordem burguesa, o que reflete em contradições cotidianas vivenciadas pelos profissionais, pois não há uma muralha entre o espaço do exercício profissional e o da vida privada. Conforme Matos (2017, p. 99), “valores são incorporados e expressos, muitas vezes quando não se quer, mesmo que não pela fala, mas pelos olhares e pela omissão”; portanto, é uma ilusão acreditar que possam existir valores para a vida privada e outros valores para a vida profissional, já que é ontologicamente impossível. Nessa direção, é necessário ressaltar que o conservadorismo nunca foi extirpado do horizonte profissional: ele permeia a profissão, por vezes de forma velada, por outras de forma aberta, em virtude do lastro que adquire na sociedade e nas instituições políticas.

Assim, concebe-se o projeto ético-político como um precioso patrimônio construído pelo conjunto da categoria profissional. Manter vivos esses princípios, avançar e fortalecer reflexões aprofundadas frente às configurações assumidas pela sociabilidade contemporânea é uma tarefa cotidiana que requer aproximações, vivências e experiências junto às forças sociais em confronto com a ordem social capitalista.

## **DESAFIOS À RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Como visto, a conformação do projeto ético-político se deu por meio de um estreito vínculo do Serviço Social com os movimentos e organizações populares. Teve como elemento central a organização de forças políticas que compuseram um conjunto variado de lutas sociais no campo da sociedade civil em defesa da democracia, dos direitos sociais e da emancipação humana, desenvolvendo experiências profissionais e acadêmicas junto a esses segmentos no processo de redimensionamento crítico de perfis profissionais.

Embora pareça tentador, não é o objetivo se dedicar aqui a conceituar o que seriam os movimentos sociais, bem como não se recorrerá à distinção entre “velhos” e “novos” movimentos sociais. Interessa dar ênfase à atuação e às experiências de formação profissional nos processos de mobilização e organização popular, que se configuram como possibilidades de contribuição necessária para a organização das lutas sociais e, conseqüentemente, para o fortalecimento do projeto profissional crítico. Sob a perspectiva da ação pedagógica, a profissão também “inscreve-se no campo das atividades formadoras da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-pedagógica das relações de hegemonia, base em que gesta e desenvolve a própria cultura profissional” (Abreu; Cardoso; Lopes, 2014, p. 199).

Contudo, após os anos 1990, há a constatação de que essa tematização e as experiências de atuação profissional nas organizações da classe trabalhadora sofrem uma retração em relação ao que significaram nas décadas precedentes (Duriguetto, 2014; Marro, 2011), ainda que se processem de forma contraditória, pois nesse período também há a consolidação do projeto ético-político, cujos componentes expressam o vínculo político e profissional com as lutas da classe trabalhadora, conforme assinalado anteriormente. Porém, a tendência de retração no interior da profissão vai perdurar nos anos 1990 e segue nos anos 2000 com alguns traços fundamentais que merecem destaque:

- A retração da conexão entre o Serviço Social, os movimentos e organizações da classe trabalhadora acompanha a tendência do próprio refluxo das lutas sociais diante das profundas transformações societárias na dinâmica do capitalismo contemporâneo;
- No campo da atuação profissional constata-se uma ausência de intervenções profissionais junto às organizações e associações próprias da classe trabalhadora, assim como a falta de vínculos sólidos com seus movimentos sociais autônomos;
- No campo da produção teórica e acadêmica há pouco material sobre a atuação profissional em movimentos, organizações e lutas sociais e sobre o elo da profissão com essas atividades;
- Há uma tendência de subestimação dos movimentos sociais enquanto espaço de atuação e formação profissional, no sentido de qualificar o significado sócio-histórico, o político e o ético-profissional dessa relação.

Essas tendências no interior da profissão não estão descoladas do contexto societário. A adoção de medidas regressivas por parte do Estado colocam obstáculos à associação da profissão com os movimentos sociais e alguns processos merecem destaque. No campo econômico, a crise estrutural do capital significou uma reação burguesa aos direitos sociais, reconfigurando o Estado na perspectiva da privatização, da desregulamentação dos direitos sociais, em uma ofensiva generalizada do capital contra a classe trabalhadora por meio das contrarreformas.

Em termos macrosociedadeiros essa crise estrutural integra um quadro crítico mais complexo, em que se destacou a tendência decrescente da taxa de lucros, cujos traços mais evidentes podem ser caracterizados segundo Antunes (2009, p. 31) como: a) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção diante da incapacidade de responder à retração do consumo e do desemprego estrutural que então se acentuava; b) hipertrofia da esfera financeira que ganhou uma relativa autonomia frente aos capitais produtivos; c) crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e a utilização dos fundos públicos para financiar o

capital privado; d) incremento acentuado das privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo produtivo.

Outro aspecto importante da crise foi a reconfiguração da função do Estado com retrocessos no campo social. O crescimento significativo de mão de obra excedente atuou como elemento de rebaixamento dos salários, da crescente perda dos direitos tradicionalmente adquiridos (sindicais, legislação trabalhista, etc.), levando a um processo de precarização das relações de trabalho, pelo qual se pretende reduzir ou eliminar os direitos sociais. A derruição do Estado Social capitalista constituído na Europa do pós-Segunda Guerra restringiu as possibilidades de avançar em torno de políticas sociais universais, intensificando o processo de perdas históricas nas áreas da educação, da saúde, da previdência, da moradia e do transporte, o que agudiza as desigualdades sociais e intensifica a pobreza.

O movimento sindical foi duramente atingido pela dificuldade de aglutinar trabalhadores diante da fragmentação e heterogeneização da classe, originando também a crise mais intensa do sindicalismo em toda a história (Antunes, 2009). Esses processos fortalecem os valores conservadores e impactam diretamente nas organizações e movimentos da classe trabalhadora, bem como nos projetos de superação da ordem burguesa e reforçam, no campo político e cultural, o avanço da intolerância, da discriminação e de todas as formas de opressão. Além disso, o crescimento do fundamentalismo religioso dá o tom da radicalidade da prosperidade do capital em detrimento da fraternidade.

Defender valores em torno da liberdade, da igualdade e dos direitos humanos choca-se com as necessidades econômicas de reprodução do capital, em que os limites da cidadania burguesa se mostram bastante evidentes perante o esgotamento das possibilidades “civilizatórias” desse modo de produção (Netto, 2012). Os rebatimentos na formação profissional têm-se caracterizado bastante nefastos, pois a universidade pública, gratuita, laica e de qualidade é o núcleo central de construção dos valores ético-políticos dos futuros profissionais, bem como da formação permanente dos que estão inseridos no mercado de trabalho. Nos tempos atuais essa configu-

ração está seriamente ameaçada diante das tendências mundiais de contrarreformas para atender à necessidade de adequação dos currículos, da estrutura e da escolha dos estudantes às demandas de aceleração e inovação tecnológica a serviço da acumulação do capital (Cislaghi, 2010).

No Brasil essas tendências se fazem presentes desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 a partir da proposta de contrarreforma universitária do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e são continuadas nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Todas as regulamentações posteriores irão expressar uma estreita sintonia com as diretrizes e recomendações das organizações multilaterais, particularmente, do Banco Mundial. Entretanto, segundo Sguissardi (2015) é em 2007, com a abertura aos capitais externos e aos investimentos na bolsa de valores, que irá ocorrer um processo de oligopolização do mercado educacional no Brasil, com a transferência de fundo público para universidades privadas sob o viés ideológico da democratização do acesso ao ensino superior que, na verdade, trata-se de um processo de massificação.

O crescimento do ensino superior privado tem sido impulsionado pelo Estado por meio de isenções tributárias que ultrapassam os limites impostos na CF de 1988. Com as isenções tributárias e os subsídios estatais concedidos por meio de financiamentos estudantis, ocorre a transferência de recursos públicos para financiar essas instituições em uma clara intenção de estimular a privatização e a mercantilização da educação, que também repercute negativamente na qualidade da formação. A massificação do ensino superior expressa dois objetivos fundamentais contidos nas diretrizes do Banco Mundial: formar força de trabalho qualificada em acordo com as necessidades do modelo de acumulação e, ao mesmo tempo, promover a coesão social, por meio da ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior com baixo custo para o Estado, transformando o ensino superior em fontes lucrativas para o capital (Sguissardi, 2015).

O ensino à distância (EaD) é a maior expressão dessa tendência geral, que traz implicações na formação acadêmica no que tange à ênfase no treinamento, na técnica, em detrimento do desenvolvimen-

to da pesquisa, da extensão e do aprofundamento teórico conceitual. A ênfase recai na formação para o mercado, baseado na noção de competências com foco exclusivo nas capacidades instrumentais. Trata-se, portanto, de um quadro geral mundial de enfraquecimento da área de humanidades, que obviamente repercute na formação profissional em Serviço Social, constituindo-se um dos maiores desafios à profissão.

No âmbito do Serviço Social, a oferta de vagas em cursos de graduação na modalidade EaD superou a oferta de vagas e números de matrículas em relação à modalidade presencial, culminando no fato de que é o terceiro curso com maior número de matrículas nessa modalidade<sup>2</sup>. Entretanto, se o EaD se consolidou como uma realidade perversa e tem-se alastrado na última década, também trouxe desafios a serem enfrentados pela categoria profissional, tornando-se necessário pensar/repensar sobre estratégias de enfrentamento a partir da organização dos profissionais em articulação com as universidades públicas, no sentido de criar espaços que promovam a continuidade da formação acadêmica e política, já que a inserção de profissionais egressos do EaD em espaços sócio-ocupacionais é uma realidade.

Essas tendências são extremamente funcionais, ao tempo em que conservam a ordem social vigente e aprofundam a perspectiva de formação subordinada às demandas do mercado. A par dessa

---

2 O Serviço Social em 2017 “contava com 561 cursos de graduação em atividade, estes que em conjunto, ofertam 210.864 vagas. Deste universo, 521 são presenciais, ofertando o total de 76.830 vagas; 40 são na modalidade de EaD e ofertam 134.034 vagas. As IES que mais ofertam vagas para graduação em Serviço Social na modalidade de EaD são a da Universidade Paulista (UNIP) (47.880 vagas), seguido da UNOPAR (21.150 vagas) e depois a Universidade Anhanguera-UNIDERP (16.880 vagas). Ressalta-se que todos os cursos de graduação em Serviço Social ofertados no Brasil na modalidade de EaD são de natureza privada. Em relação aos cursos de graduação em Serviço Social ofertados em IES de natureza pública e modalidade presencial, em âmbito nacional, estes integram um contingente de 67, disponibilizando 5.109 vagas. Os cursos ofertados em IES de natureza privada e modalidade presencial totalizam 454 cursos e dispõem de 71.721 vagas.” (ANTUNES; LEMOS, 2018, p. 13-14).

caracterização, a tendência à assistencialização se constitui em outro nível de desafios ao Serviço Social. O revigoramento da ideologia da assistência, em seus traços assistencialistas, tem assumido extraordinária funcionalidade à lógica do capital ao se concentrar nessa política a estratégia de combate à pobreza.

O superdimensionamento da assistência social enquanto principal estratégia de proteção social, por vezes, tem levado a confusões recorrentes em relação ao significado da intervenção profissional nesta política. Não raro, a profissão vem se confundindo com a própria política. Diante da mercantilização assombrosa do ensino superior há o esvaziamento da crítica na formação profissional, configurando um perfil profissional condizente com uma política que vem assumindo um viés cada vez mais restrito.

Segundo Netto (2017) essa perspectiva contribui para dissolver a cultura política construída em torno do caráter universalista das políticas sociais, ao mesmo tempo em que se difunde um valor ético de solidariedade reavivado por um humanismo abstrato que se compatibiliza com o ideário competitivo do empreendedorismo. Assim, “a organização societária que se quer (e é de fato) regulada centralmente pelo mercado oferece aos “excluídos” não um elenco codificado e ampliável de direitos sociais, mas o socorro solidário.” (Netto, 2017, p. 327).

A ideologia do empreendedorismo mostra-se poderosa ao reatualizar as forças da sociedade a serviço da expansão do capital. Encrusta o “espírito” empreendedor nos trabalhadores, incentivando o desenvolvimento de economias subordinadas que se encontram à margem do grande capital, integrando tais economias ao mercado financeiro global. Esse movimento constitui-se em uma onda de renovação conservadora para o desenvolvimento do capitalismo. Os lucros dos juros financeiros também se voltam para custear a pequena produção, baseados no sistema de crédito, tornando uma imensa massa de desempregados em microempresários, transformando-os, por um lado, em devedores do sistema financeiro e, por outro, integrando-os a “nova” ordem do capital.

O possibilismo encontra ressonância no interior da profissão e também entre os movimentos sociais, pois tem suas origens na conciliação de classes que leva ao apassivamento das lutas sociais

em prol de idealizações de um pacto em que todos sairiam ganhando. Conforme Boschetti (2015, p. 649) a perspectiva possibilista tem-se restringido ao avanço dos direitos no capitalismo, localizado nos marcos do reformismo social-democrata. No contexto neoliberal, essa perspectiva tem se rendido às contrarreformas ao incorporar orientações e posições que incorrem em práticas conservadoras.

Compõem esse rol as perspectivas amparadas na ajuda e na participação, que cada vez menos reivindicam direitos e mais se nutrem de seu papel de colaboração com o Estado, retirando desse, em última instância, sua função no estabelecimento de políticas e direitos sociais. Em outras palavras, essa participação vai confluir para a legitimidade dos processos de ajuste fiscal a fim de aumentar a “eficiência” do Estado em otimizar os recursos destinados às políticas sociais.

Também são acionadas “ideologias da solidariedade indiferenciada entre classes antagônicas, no bojo da chamada “cultura da qualidade” que respondem às necessidades de dissimulação das contradições entre classes e do controle persuasivo dos trabalhadores”. Em conformação com a ideologia burguesa, essas posturas são incorporadas e “acionadas para o enquadramento dos sujeitos nas exigências legais e normas institucionais de acesso aos serviços prestados, nos estreitos limites impostos pelo padrão de acumulação, que negam direitos e alimentam uma visão acrítica e legitimadora desse sistema.” (Abreu; Cardoso; Lopes, 2014, p. 202).

Os movimentos sociais não estão isentos a essas tendências. A década de 1990 representou um recuo das lutas sociais e nos anos que se sucederam adensou-se o processo de cooptação de organizações da classe trabalhadora. Questões emblemáticas envolvem a temática dos movimentos sociais, sobretudo a partir de 2002, com a vitória eleitoral de Lula da Silva. Um dos exemplos mais emblemáticos é o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo fato de ser a Central que hoje aglutina maior número de sindicatos e é inegável que esteve mais comprometida em apoiar o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) que propriamente em servir de instrumento de defesa da classe trabalhadora, impedindo até a possibilidade de se reorganizar enquanto polo combativo do movimento sindical (MATTOS, 2014, p. 95).

Não é à toa que os sindicatos estão aquém de mobilizar a classe e reativar instrumentos efetivos para promover amplos enfrentamentos na atual conjuntura. Aliás, esse tem sido o maior dilema entre a esquerda brasileira nos últimos anos e não há dúvida que o fortalecimento dos sindicatos e dos movimentos sociais requer um amplo processo de reorganização em direção, que implicaria na recusa da conciliação de classes e do apassivamento das lutas sociais. Concomitante a esse processo e intrinsecamente vinculado a ele, o “fortalecimento das diretivas do projeto profissional, especialmente nas condições atuais que lhe parecem tão adversas, depende tanto do avanço das organizações e lutas das classes subalternas, quanto da vontade majoritária do campo profissional.” (Duriguetto, 2014, p. 183-84).

## **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA RESISTÊNCIA PARA SUSTENTAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL**

Precede o debate, sobre a extensão universitária enquanto espaço de resistência em defesa do projeto ético-político do Serviço Social, a reflexão sobre o significado dessa dimensão acadêmica no processo de desenvolvimento das universidades brasileiras. Sem pretender aprofundar a temática, em poucas palavras, a extensão se configurou sob três tendências teóricas: a funcionalista, a crítica e a processual (Tavares, 1997). Essas tendências influenciaram e continuam a orientar o significado, a função e a direção social das universidades até os dias de hoje.

A perspectiva funcionalista, segundo Tavares (1997), compreende a extensão desvinculada das outras dimensões (ensino e pesquisa) e sua função esteve ligada à prestação de serviços assistenciais e à realização de cursos, caudatária das políticas formuladas pelos governos.

A perspectiva crítica defende o vínculo orgânico entre ensino-pesquisa-extensão, em que a extensão se constitui em uma etapa implícita ao processo de construção e divulgação do conhecimento, o que leva a pensar que ela não necessitaria de uma instância específica

no interior da universidade. Embora inaugure o amadurecimento do debate, essa perspectiva não avançou para além do plano das ideias.

Já a abordagem processual, conforme a autora, incorpora os princípios de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; entretanto, preza pela existência de um espaço específico no interior das universidades dedicado a essa tarefa. Assim, a extensão é vista como uma estratégia importante para desempenhar a função social da universidade (Tavares, 1997).

Do ponto de vista histórico, é possível detectar que essas visões, por muitas vezes equivocadas, estiveram presentes na sociedade brasileira desde os anos 1930. Na ditadura civil-militar (1964-85), por exemplo, a extensão se limitou a atribuir o sentido de “utilidade social” ao ensino e pesquisa e deveria estar a serviço do governo, reforçando os interesses do mesmo (Botomé, 1996). Ao que parece, essa perspectiva de extensão tende sempre a se reatualizar, principalmente em momentos de avanço do conservadorismo.

Contudo, o processo de redemocratização não despertou muito interesse em torno da extensão universitária. A efervescência desse debate irá reaparecer somente nos anos 1990, na ocasião das primeiras indicações de uma reforma universitária aventada por FHC (Freire *et al.*, 2003, p. 19). Como já destacado, as transformações ocorridas na educação superior, sobretudo a partir dos direcionamentos produzidos pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI), têm profundos impactos na função social das universidades. Assim, as experiências de extensão enfrentaram inúmeros desafios diante das configurações assumidas no ensino superior; especialmente nas últimas décadas.

A extensão universitária compõe a política de educação, particularmente do ensino superior e, como tal, é alvo de mudanças em momentos de crise, sofrendo significativas alterações com o processo ostensivo de mercantilização. Entretanto, essa política está sujeita às forças contraditórias que a demandam, pois representa: tanto os processos de valorização e reprodução do capital em busca de consensos, quanto os interesses dos trabalhadores e do conjunto das classes subalternas na busca pelo direito à educação. Assim,

a extensão universitária pode se configurar, tanto como espaço de resistência, de afirmação de princípios e valores éticos e políticos identificados com as classes subalternas, quanto de cooptação e divulgação de “diálogos” conciliadores.

O Plano Nacional de Extensão Universitária, vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e aprovado em 2001, reafirmou aspectos importantes relacionados à função social da universidade como a transformação da sociedade, seu necessário vínculo com os movimentos sociais e o compromisso com os setores das classes populares. Foi instituído o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), que formalizou esses conceitos e inaugurou o financiamento das ações extensionistas em 1993, o qual foi interrompido em 1995. Em 2003 esse programa é retomado com a denominação de Programa de Extensão Universitária (PROEXT). (BRASIL, Política Nacional de Extensão, 2012, p. 26).

A estruturação do financiamento foi importante para a extensão, principalmente nos últimos quinze anos; porém, é necessário problematizar essa configuração. Segundo pesquisas realizadas por Incrocci e Andrade (2018, p. 198) junto aos editais do Programa de Extensão Universitária (apenas legalizado em 2008), entre os anos de 2009 a 2016 observou-se um aumento significativo de recursos, de quase 19 vezes, em relação aos disponibilizados pelo governo federal para as práticas da extensão. Entretanto, observou-se que nos anos de 2015 a 2016 os investimentos caíram pela metade.

O Brasil possui 2.364 instituições de ensino superior, sendo somente 63 federais, portanto 77% dos recursos de editais voltados para financiamento da extensão estão concentrados em menos de 3% das instituições de ensino superior brasileiras. Esses recursos foram concentrados na região Sudeste (28%), proporção esperada, pois essa região possui 30% das universidades federais do país. Seguida pelas regiões Sul (25%) e Nordeste (24%) que permanecem consideravelmente à frente das regiões Centro-Oeste (12%) e Norte (10%). (INCROCCI; ANDRADE, 2018, p. 200).

Os dados apresentados sobre o aumento do financiamento e a quantidade de projetos de extensão aprovados entre os anos de 2009

a 2016 denotam não somente que esse pilar da universidade tem se fortalecido, mas que os docentes das instituições de ensino superior estão cada vez mais empenhados em desenvolver projetos de extensão, ainda que os que se dedicam à extensão universitária recebam menor incentivo em relação ao aspecto da produtividade acadêmica.

Mesmo que a extensão universitária tenha apresentado um crescimento considerável, é importante refletir sobre como tem se estruturado e quais rumos vem tomando tal crescimento. Nesse sentido, há necessidade de estruturação de uma base de dados, organizada em nível nacional, que possa fornecer elementos para analisar como a extensão vem se desenvolvendo nas universidades (INCROCCI; ANDRADE, 2018).

Ao expor esses elementos, tem-se como objetivo também explicitar que a extensão universitária vem se configurando em espaço estratégico (não o único) de resistência para a sustentação do projeto ético-político, ao estabelecer a necessária articulação entre o Serviço Social, os movimentos sociais, organizações e lutas populares. A razão para elevar a extensão universitária a esse patamar se dá pelo fato de que grande parte das experiências dessa articulação se referem às práticas de extensão inseridas nas universidades públicas federais e estaduais (Durigueto, 2014; Farage, 2014; Marro, 2011, 2014).

Com relação aos dados da extensão universitária destaca-se a dificuldade em encontrar informações a respeito dessas práticas desenvolvidas nos cursos de graduação em Serviço Social. Recorreu-se aos Relatórios dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)<sup>3</sup> vinculados à ABEPSS, que estão disponíveis no *site* da instituição. Destacou-se a importância de constar informações sobre a extensão nos relatórios dos grupos temáticos, pois são extremamente necessárias para estimular debates de temas de interesses social e profissio-

---

3 Atualmente existem oito (08) Grupos Temáticos vinculados à ABEPSS, a saber: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Geração e Classes Sociais.

nal, de elaboração, produção e divulgação do conhecimento, como também promover a integração entre as pesquisas desenvolvidas nas unidades acadêmicas e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área. Dos relatórios analisados, somente o GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social traz informações substanciais sobre a extensão. Talvez por considerar a importância dessa dimensão para a formação e a produção do conhecimento, ou ainda porque grande parte das experiências de extensão que estão mais consolidadas – entre os cursos de Serviço Social – são desenvolvidas junto aos movimentos sociais.

De acordo com o relatório do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social (biênio 2013-2014), é possível identificar que entre o período de 1994 e 2012 foram desenvolvidos 23 projetos de extensão nas universidades, que estão vinculados aos movimentos e às lutas sociais, entre os quais se podem destacar: movimentos sociais urbanos; do campo (em especial o MST; quilombola; indígena; de mulheres e LGBT). O relatório do biênio de 2015-2016 nos apresenta que dos 23 núcleos identificados e que realizam pesquisas junto aos movimentos sociais, 43% realizam ações efetivas que articulam a pesquisa e a extensão e 83% estabelecem vínculos efetivos entre Universidade e Movimentos Sociais. Entre as ações desenvolvidas se destacam: assessoria na formação política (palestras, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns) e informações técnicas (por exemplo, estudos sócio-econômicos, com o objetivo de potencializar os processos de auto-organização em torno das condições de vida e de trabalho). Destaca-se, ainda, a criação de convênios ou parcerias entre Universidades e a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF.

É por meio da extensão que o Serviço Social vem consolidando maior relação com os movimentos sociais e aglutinando experiências de ensino e de pesquisa. Esses profissionais, professores e alunos estão preocupados com as lutas e organização das classes subalternas, participando de experiências de trabalho e formação profissional, conforme identifica Marro (2011, p. 323).

A assessoria em Serviço Social aos movimentos sociais abre perspectivas para refletir sobre o significado da ação pedagógica do

fazer profissional, à medida que se trata de um vínculo que envolve negociações, diálogos e parcerias. Quando se vai a campo não se objetiva apenas assessorar um movimento social, por exemplo, mas também buscar elementos na realidade para a pesquisa e contribuir para a formação profissional. Por trás da proposta e da escolha dos temas (conselhos de saúde e o potencial dos movimentos sociais) há um sentido ético-político, que se articula a uma estratégia não aleatória (Bravo; Matos, 2005).

Segundo Farage (2014, p. 256) é possível identificar junto aos movimentos sociais urbanos a inserção de assistentes sociais, sobretudo em movimentos e organizações com vínculos institucionais junto aos governos federal e municipal. Essa inserção se deve em parte à aproximação da luta pela criação e efetivação de políticas públicas e ao fato de que elas são um forte horizonte na formação e na atuação profissional. Porém, em movimentos sociais autônomos ou de atuação mais direta, que possuem posicionamentos mais críticos e combativos vinculados especialmente às ocupações, há uma tímida inserção de assistentes sociais devido à impossibilidade de manter vínculo empregatício com trabalhadores assalariados; portanto, a inserção nesses espaços requer envolvimento militante.

Cabe ressaltar que a extensão universitária se encontra profundamente subalternizada em relação à pesquisa, contudo, as ações têm-se desenvolvido mesmo diante dos obstáculos, pois envolvem apostas políticas, éticas e profissionais dos sujeitos envolvidos. Apesar de se materializar mediante sobrecarga de trabalho e de responsabilidades por parte da equipe, as experiências de extensão junto aos movimentos sociais visam fortalecer a formação e atuação profissional junto às mobilizações e organizações populares, no sentido de superar a adesão superficial dos profissionais aos princípios do projeto ético-político, de forma que estes possam ser internalizados.

Não há dúvida que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social do trabalho e está vinculado à condição de assalariamento; portanto, os desafios postos pelo projeto ético-político envolvem a classe trabalhadora, a organização da categoria profissional e o conjunto das forças sociais, já que o fortalecimento do protagonismo político e das demandas e interesses das classes subalternas,

consequentemente, refletem nos espaços institucionais em que o Serviço Social está inserido. O que a profissão e os profissionais podem aprender com as experiências de atuação junto aos movimentos sociais?

A importância dessa relação se demonstra bastante evidente, tanto no sentido de criar possibilidades de novos espaços de atuação profissional, alcançando novas bases de legitimidade junto às classes subalternas, quanto de direcionar a intervenção em espaços institucionais, pois a atuação do assistente social nas políticas públicas, necessariamente, envolve, ainda que de forma indireta e contraditória, uma ligação com movimentos, grupos e organizações sociais.

Essas possibilidades contribuem para fortalecer as perspectivas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para além dos espaços sócio-ocupacionais e das políticas sociais; podem conduzir ao enfrentamento de uma cultura profissional que tem supervalorizado a ação prática e o “atendimento” do imediato, que podem levar a uma atuação que restringe a profissão às demandas institucionais.

Servem também para identificar as estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora (modos de vida, manifestação da cultura, subjetividades), potencializar a qualificação das organizações representativas da classe trabalhadora, reconhecer as demandas, os enfrentamentos e resistências de classe, as pautas de luta, os significados sócio-históricos para os sujeitos sociais neste processo e, sobretudo, formar profissionais comprometidos com as lutas dos subalternos, reafirmando valores que se contrapõem aos valores universais capitalistas, pois não basta aderir aos princípios do projeto ético-político, é necessário internalizá-los.

Fortalecer o caráter da ação pedagógica do fazer profissional do Serviço Social (Abreu, 2002) é um dos desafios colocados ao conjunto da categoria, pois as experiências concretas nos movimentos sociais, enquanto processo de organização da cultura, permitem ao profissional problematizar a questão social a partir do enfrentamento e das formas de lutas forjadas pelos sujeitos, pelas tensões, pelos conflitos e pelos processos de negociação em seu interior. Também contribuem para desmistificar procedimentos clássicos de intervenção acionados pelos mecanismos estatais (repressivos, estigmatizadores,

fiscalizatórios) e as contradições existentes entre o funcionamento das políticas sociais e os conflitos estabelecidos pelas classes sociais que são objetivo da ação pública e estatal (Marro, 2014). Além disso, para além de defender os marcos legais e os espaços institucionais, é necessário fortalecer e ampliar os processos de lutas e organizações coletivas, pois os marcos legais e institucionais, embora de extrema importância, se dão nos limites do capitalismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No momento atual se mostra como tarefa histórica resistir ao definitivo aniquilamento das políticas sociais, destacando-se a defesa das universidades públicas, diante das recentes medidas e decretos governamentais que atacam a autonomia universitária em todas as suas dimensões acadêmicas. As ameaças às liberdades individuais dos docentes e discentes vêm se adensando, em função dos temas e posicionamentos políticos, com sérias ameaças à extensão universitária, enquanto dimensão privilegiada de articulação com movimentos sociais e populares.

A reflexão da articulação entre o Serviço Social e os movimentos sociais não implica em recorrer aos erros do passado, no abandono da intervenção profissional nas instituições. O debate que se fomenta é de outra natureza, pois implica em considerar o patrimônio de rupturas com o conservadorismo profissional, ao mesmo tempo em que problematiza o afastamento do fazer profissional dos movimentos sociais, nos processos de organização da cultura.

O projeto ético-político convoca os assistentes sociais para a luta cotidiana em sintonia com as organizações políticas da classe trabalhadora e seus conteúdos de emancipação humana. Destaca-se a extensão universitária como parte desse processo, o que exige maior valorização dessa dimensão acadêmica, tanto nas universidades quanto no âmbito da categoria profissional, estabelecendo-se parcerias entre as universidades, e assim recorrendo-se à socialização de produções e experiências; ou seja, é primordial construir espaços para o fortalecimento da extensão com os movimentos sociais e as organizações políticas da classe trabalhadora no âmbito da

organização da categoria profissional. Apesar de todos os esforços realizados pelas organizações da categoria, CFESS/CRESS, ABPSS e ENESSO, no que tange à valorização da extensão universitária, a conjuntura atual impõe à categoria maiores desafios para a manutenção e expansão das experiências de articulação do Serviço Social com os movimentos sociais, o que também perpassa o fortalecimento da extensão universitária.

Finaliza-se com uma poesia de Bertold Brecht (*apud* COSTA, 2006, p. 22):

*“É verdade, que eu vivo em tempos negros,  
Palavra inocente é tolice. Uma testa sem rugas  
Indica insensibilidade. Aquele que ri  
Apenas não recebeu ainda  
A terrível notícia.”*

## REFERÊNCIAS

- ABESS. CEDEPSS. Diretrizes para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). *Cadernos ABESS*, São Paulo, p. 58-76, 1997.
- ABREU, M. M. *Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_; CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2ª edição, 2009.
- ANTUNES, A. E. M; LEMOS, E, L. A contrarreforma no ensino superior brasileiro: determinantes históricos. *Revista Temporalis*. Brasília (DF), ano 18, n. 35, p.13-28, jan./jun. 2018.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. BRITES, C. M. A centralidade da Ética na Formação Profissional. *Revista Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa*

- em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, n. 2, 2000.
- BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 124, p. 637-751, out/dez. 2015.
- BOTOMÉ, S. P. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis/São Carlos/Caxias do Sul: Vozes/EDUFSCar/EDUCS, 1996.
- BRASIL. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei n. 8.662 de 1993*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.html)>. Acesso em: 04 ago. 2019.
- BRAVO, M. I.; MATOS, M. C. *O potencial de contribuição do Serviço Social na assessoria aos movimentos na luta pela saúde*. Trabalho apresentado no 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Unioeste, Campus de Cascavel, de 13 a 15 de outubro de 2005.
- CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. 1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org/arquivo/CEP\\_1993.pdf](http://www.cfess.org/arquivo/CEP_1993.pdf)>. Acesso em: 04 ago. 2019.
- CISLAGHI, J. F. (2010). *Análise do Reuni: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
- COSTA, R. de F. (2006). *Tempos de Resistência Democrática: Os Tambores de Bertold Brecht ecoando na cena teatral brasileira sob o olhar de Fernando Peixoto*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
- DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FARAGE, E. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO,

- M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FREIRE, S. M. (et al.). O significado da Extensão Universitária no Atual Contexto Brasileiro: aportes para o debate. *Revista Interagir: Pensando a Extensão*. Rio de Janeiro, n. 04, p. 15-23, ago/dez. 2003.
- GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2017.
- \_\_\_\_\_. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999.
- IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 120, p. 609-639, out/dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- \_\_\_\_\_. A Questão Social na Contemporaneidade: questões para o debate. *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Grafile, n. 3, 2001.
- \_\_\_\_\_; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.
- INCROCCI, L. M. de M.; ANDRADE, T. H. N. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. *Revista Sociedade e Estado*. v. 33, n. 1, jan./abr. 2018.
- MARRO, K. I. O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem-terra? In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- \_\_\_\_\_. Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiências de extensão universitária. *Revista Temporalis*. Brasília (DF), ano 11, n. 22, p.317-340, jul./dez. 2011.
- MATOS, M. C. *Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2017.
- MATTOS, M. B. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reor-

- ganização. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETO, M. L. (orgs.). *Movimentos Sociais e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2014.
- MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- NETTO, J. P. O projeto ético-político do Serviço Social: das ameaças à crise. In: BRAZ, M. (org.). *Ensaíos de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez, 2017.
- \_\_\_\_\_. Crise do capital e consequências societárias. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.
- \_\_\_\_\_. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. [et al.]. *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.
- SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015.
- TAVARES, M. G. M. Os múltiplos conceitos da Extensão. *Participação* – Revista do Decanato de Extensão da UnB. Brasília: UnB, n. 03, p. 9-16, dez. 1997.

\*\*\*

### **Maria Helena Cariaga**

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Campus Miracema e Doutora em Serviço Social pela PUC/SP

*mhcariaga@uft.edu.br*

### **Vanda Micheli Burginski**

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Campus Miracema e Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB).

*burginski@uft.edu.br*

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos  
em papel offset 75g/m<sup>2</sup>, fonte ITC Franklin Gothic,  
tiragem de 330 exemplares.